

REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA E PRECARIZAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO: OS PROJETOS DE ECONOMIA SÓLIDÁRIA EM PRESIDENTE PRUDENTE

CAPITALIST RESTRUCTURING AND PRECARIOUS WORLD OF WORK: THE SOCIAL ECONOMY PROJETS IN PRESIDENTE PRUDENTE

Nildo Aparecido de Melo¹

Resumo: A crise que recai sobre o mundo do trabalho deve ser entendida no contexto de um processo de reestruturação do capitalismo contemporâneo, com consequências sobre a organização do trabalho na produção e no redimensionamento do processo produtivo. A inserção do Brasil nesse conjunto de transformações reestruturantes é passiva e subordinada aos interesses dos organismos internacionais e dos países desenvolvidos, tendo como consequência a desestruturação do mercado de trabalho nacional, com a elevação das taxas de desemprego, a informalidade do mundo do trabalho e a deterioração/precarização das condições e relações de trabalho. Em Presidente Prudente, também se observou um processo de desestruturação/precarização do trabalho, com a manutenção do desemprego elevado, a informalidade do trabalho, a alta rotatividade da mão-de-obra e a concentração de trabalhadores desempregados nas áreas periféricas do município. Nesse sentido, a análise dos projetos de economia solidária desenvolvidos na escala local torna-se necessária para a compreensão dos impactos das políticas públicas de enfrentamento do desemprego e da precarização do mercado de trabalho na escala geográfica analisada.

Palavras-Chave: Mercado de trabalho, desemprego, precarização do trabalho e economia solidária.

Abstract: The crisis that befalls world of work must be understood in the context of a process of restructuring of contemporary capitalism with consequences on the organization of labor in production and the scaling of the production process. Brazil's insertion in this set of transformations restructuring and passive and subordinate to the interest of international organizations and developed countries, resulting in the disruption of national labor market with rising unemployment, informality in the worplace and the deterioration/precarious working conditions and labor relations. In Presidente Prudente, also observed a process of deconstruction/precariousness with the maintenance of high unemployment, informal work, high turnover of manpower and the concentration of unemployed workers in peripheral areas of the municipality. In this sense the analysis of the social economy projects developed in local level becomes necessary to understand the impacts of public politics to cope with unemployment and the precariousness of the labor market in the geographical scale examined.

¹ Aluno do Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, doutorado/2012. Endereço eletrônico: nildogeo@hotmail.com.

Key words: Labor market, unemployment, precarious work and solidarity economy.

Introdução

As transformações e a crise do mundo do trabalho neste início de século XXI devem ser entendidas no contexto da crise do fordismo do início da década de 1970 e do conseqüente processo de reestruturação do capitalismo desencadeado a partir daí, envolvendo elementos significativos do modelo de desenvolvimento e engendrando a desestruturação/precarização das condições e relações de trabalho. As transformações estruturais do capitalismo são permeadas pelo processo de globalização/mundialização do capital, pela implementação de políticas neoliberais e pelo advento da Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, assentada na automação da produção e nas tecnologias da informação, com conseqüências sobre a organização do trabalho na produção e no mundo do trabalho.

O Brasil se insere de forma passiva e subordinada nesse conjunto de transformações reestruturantes, articuladas aos interesses dos organismos internacionais e dos países desenvolvidos, através da adoção do receituário neoliberal na economia nacional, representada pela abertura comercial e financeira indiscriminada, pela estabilização monetária e pelas reformas estruturais, tendo como corolário a desestruturação do mercado de trabalho nacional (que passava por um processo de formalização, malgrado os problemas relacionados à informalidade e a precarização do trabalho presentes no mercado de trabalho brasileiro desde o início do processo de industrialização na década de 1930), com a elevação das taxas de desemprego durante a década de 1990, a informalidade do mundo do trabalho e a deterioração/precarização das condições e relações de trabalho, durante o governo do presidente Fernando Collor de Mello e nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso. No entanto, mesmo com a recuperação do emprego formal sob o governo Luís Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, permaneceram os problemas históricos do mercado de trabalho nacional.

Em Presidente Prudente, também se observou um processo de desestruturação/precarização do mercado de trabalho, com a criação de empregos formais dos últimos anos não sendo suficiente para dar cabo da crise do emprego formal da década de 1990, mantendo-se o desemprego elevado, a informalidade do trabalho, a alta rotatividade da mão-de-obra empregada e a concentração de trabalhadores desempregados nas áreas periféricas do município. A análise dos projetos de economia solidária desenvolvidos na escala local torna-se necessária para a compreensão dos impactos das políticas públicas de enfrentamento do desemprego e para a confirmação de que tais políticas não contribuem para a ampla recuperação do emprego formal e para o processo de desenvolvimento econômico em Presidente Prudente no período analisado.

Crise do trabalho e do emprego no Brasil

A inserção do Brasil no processo de reestruturação do capitalismo se dá de forma passiva e subordinada, representando uma ruptura com o padrão de crescimento econômico configurado a partir da década de 1920 em bases industriais e com o processo histórico de formalização das relações de trabalho iniciada na década de 1930, sob o governo de Getúlio Vargas.

As transformações do modelo de desenvolvimento brasileiro ocorreram num contexto político-conjuntural de vitória eleitoral de Fernando Collor de Mello, no início da década de 1990, com o desencadeamento de um conjunto de medidas econômicas liberalizantes para dar conta da crise dos anos de 1980, permeadas pela adoção de um programa de liberação comercial, desregulação financeira e encolhimento do setor público (privatização, fechamento de empresas e demissão de funcionários públicos) “combinando com políticas econômicas recessivas, representando a destruição dos postos de trabalho, que contabilizou o corte de 2,2 milhões de postos regulares somente nos anos 1990/92 em todo o país” (POCHMANN, 1999, p. 88).

As políticas neoliberais implementadas no Governo Collor, por um lado, determinaram um cenário econômico nacional caracterizado pela recessão econômica, pelo crescente desemprego na indústria e pelo predomínio da racionalização predatória de custos nas empresas, notadamente através da redução de custos com a mão-de-obra empregada. Por outro lado, nesse período criaram-se as condições macroeconômicas para o sucesso do plano de estabilização monetária do Governo Fernando Henrique Cardoso e para a consolidação do processo de reestruturação do capitalismo no Brasil (MATTOSO, 1995).

Assim, com a implantação do Plano Real, em 1994, no início do primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso, as transformações neoliberais foram aprofundadas através da intensificação da abertura comercial e financeira e da reforma do Estado, representada pelas privatizações, concessões públicas ao capital privado e pelas reformas institucionais, tais como a Reforma da Previdência Social e a Reforma Administrativa, assim como uma política de sobrevalorização cambial e de altas taxas de juros para atrair o capital financeiro (MATTOSO, 2000).

Nesse contexto, observou-se a exacerbação do processo de desestruturação do mercado de trabalho brasileiro, com a “explosão” das taxas de desemprego (sem precedentes na história do país), a precarização das condições e relações de trabalho, mudanças na estrutura do emprego formal, o surgimento de formas precárias de ocupação e o aumento da informalidade, como estratégia de sobrevivência dos trabalhadores desempregados, mesmo diante da recuperação do assalariamento formal verificado nos dois últimos anos do segundo governo Fernando Henrique Cardoso (MELO, 2008).

Com a formação de um governo de base “popular”, comandado pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, a partir de 2003, constituiu-se um conjunto de propostas de investimentos na área social, articuladas a manutenção do controle inflacionário e do plano de estabilização monetária do governo anterior, caracterizando o novo governo como contraditório e ambíguo, apresentando um polo de poder mais ligado a elaboração e aplicação de políticas de cunho social e um polo de poder articulado ao sistema financeiro internacional, promovendo a manutenção da política macroeconômica ditada pelo mercado e pelos institutos financeiros internacionais sediados em Washington e inaugurada pela implementação do Plano Real em 1994 (SOARES, 2004).

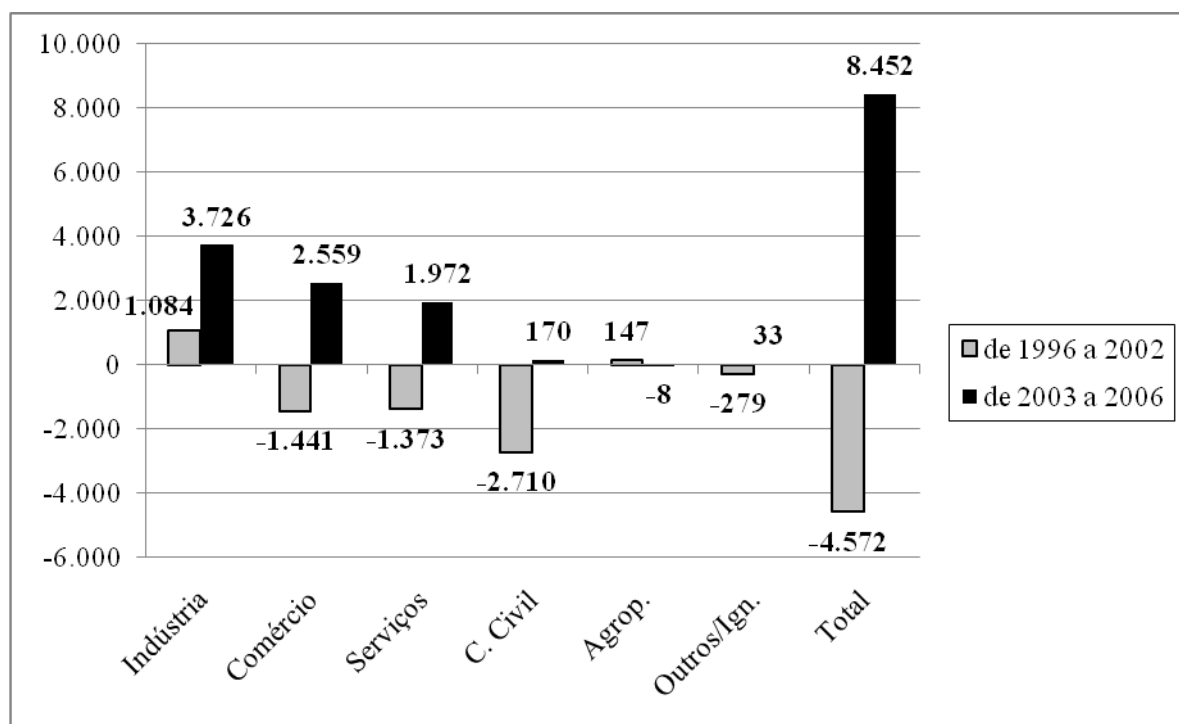
No bojo da manutenção dessas políticas macroeconômicas ditadas pelo mercado, permaneceram os problemas históricos do mercado de trabalho brasileiro, com a manutenção de taxas de desemprego elevadas, a informalidade do trabalho para amplas camadas de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal, a instabilidade/alta rotatividade da mão-de-obra e a precarização das condições e relações de trabalho.

Em suma, a manutenção do processo de desestruturação do mercado de trabalho formal aponta para a precarização das condições e relações de trabalho no Brasil, mesmo com a recuperação do emprego formal dos últimos anos, nos estertores de um governo contraditório e da continuidade da aplicação do receituário neoliberal capitaneado pelo mercado e pelas instituições financeiras internacionais, sob o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Precarização do trabalho na escala local

Na escala local, também se constatou o processo de desestruturação do mercado de trabalho formal, com a eliminação de empregos formais ao longo da década de 1990 e início dos anos 2000 em Presidente Prudente, a partir do fechamento de empresas associadas à industrialização dos derivados de gado bovino e da decadência da produção agrícola, com o conseqüente esvaziamento produtivo local e regional (DUNDES, 1998), com todos os setores de atividade econômica apresentando redução dos estoques de empregos formais no período de 1996 a 2002, conforme pode ser observado no gráfico a seguir.

Presidente Prudente: Evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal.



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1996 – 2006.
Elaboração e organização do autor.

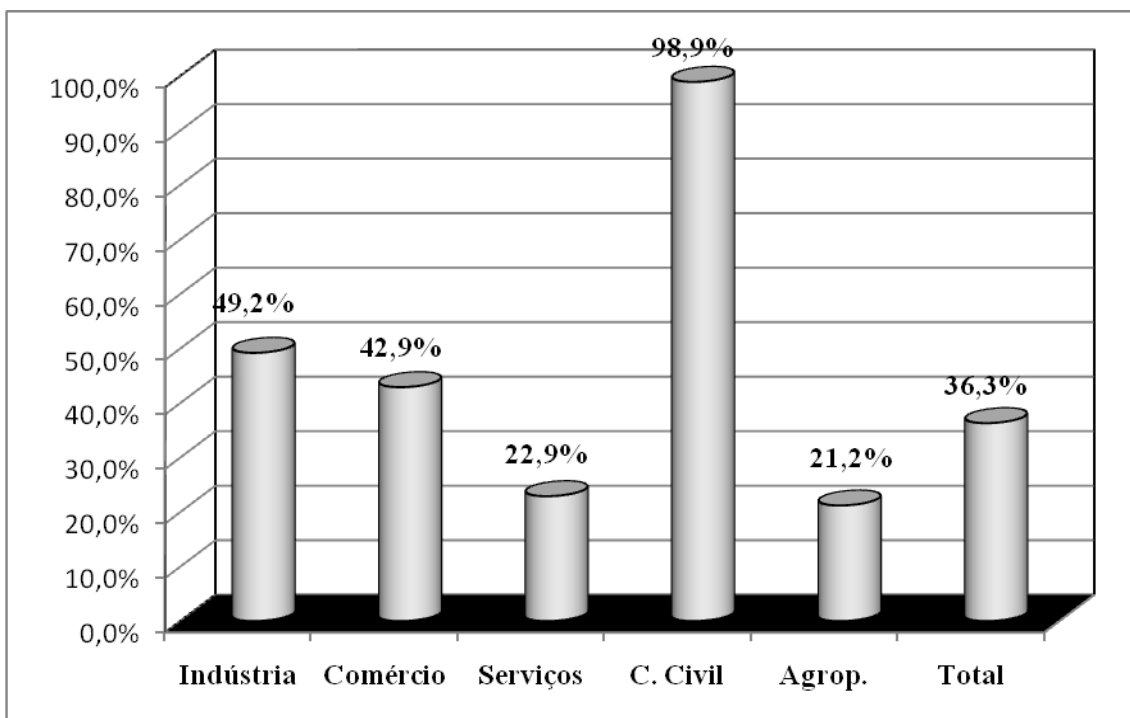
Mesmo com a recuperação do emprego formal entre 2003 e 2006 e com o saldo positivo entre 1996 e 2006, os postos de trabalho criados não foram suficientes para dar cabo da grave crise do emprego formal da década de 1990, devido ao aumento da população estimada e da população economicamente ativa (PEA) no período analisado, segundo dados do IBGE (Contagem da População e

Estimativa da População e Censo de 2000), apontando que o desemprego é elevado em Presidente Prudente, com grande parte dos trabalhadores inseridos de forma precária no mercado de trabalho e sobrevivendo através da informalidade e do exercício de atividades sem nenhuma garantia assegurada pela Legislação Trabalhista em vigor no país.

Se de um lado constata-se o grave problema do desemprego, da informalidade do trabalho e da desestruturação das relações de trabalho para quem está excluído do mercado de trabalho formal, por outro lado, observa-se o permanente processo de instabilidade e o aspecto contingente do trabalho também para quem está empregado, através da alta rotatividade da mão-de-obra empregada, com 36,3% dos trabalhadores trocando de emprego ou sendo alijados do mercado de trabalho formal a cada 12 meses de atividade profissional.

A construção civil se configura como o setor mais instável da economia, apresentando uma rotatividade de 98,9% em relação ao estoque total do setor em dezembro de 2006, seguida da indústria e do comércio, que apresentaram taxas de rotatividade em torno de 49,2% e 42,9% sobre os estoques dos respectivos setores de atividade econômica em Presidente Prudente.

Presidente Prudente: Rotatividade dos trabalhadores por setores de atividade econômica (2006).



Fonte: Brasil/Ministério do Trabalho e Emprego/CAGED 1996– 2006.
Elaboração e organização do autor.

Por fim, o processo de desestruturação do mercado de trabalho local, aponta para a concentração dos trabalhadores desempregados nas áreas periféricas do município, conforme pesquisa de campo e entrevistas realizadas com trabalhadores desempregados na Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho, no período de setembro a outubro de 2007. As informações coletadas indicaram uma relativa homogeneidade entre as zonas oeste, norte e leste da cidade: recentemente a zona oeste concentra aproximadamente 32,4% dos desempregados, seguida das zonas

norte e leste, representando 28,4% e 28,1% dos trabalhadores desempregados de Presidente Prudente.

Os bairros com a maior concentração de desempregados estão situados nos extremos das periferias da zona urbana do município: Ana Jacinta e Jardim Vale do Sol (Zona Oeste), Humberto Salvador, Brasil Novo e Jardim Morada do Sol (Zona Norte) e bairros Parque Furquim, Jardim Brasília, Vila Líder e Parque Alvorada (Zona Leste).

Torna-se imprescindível, no entanto, ressaltar que essa concentração do desemprego nas periferias de Presidente Prudente, deve ser entendida no âmbito do processo histórico de desenvolvimento desigual do capitalismo e seu processo de reestruturação atual, que gera inexoravelmente exclusão social e econômica. Portanto, o desemprego não depende do lugar onde o desempregado vive e se relaciona socialmente, mas sim do movimento histórico do capital e o atual padrão de desenvolvimento assentado na globalização/mundialização do capital, no neoliberalismo e na Terceira Revolução Industrial e Tecnológica.

Em síntese, em pouco mais de uma década Presidente Prudente tem se caracterizado pelo contínuo e permanente processo de desestruturação do mercado de trabalho formal, representado pelo elevado número de trabalhadores desempregados, pela instabilidade no emprego, através da alta rotatividade da mão-de-obra nos grandes setores de atividade econômica, pela precariedade das ocupações, dada pela associação brutal entre desemprego elevado, alta rotatividade da mão-de-obra e informalidade do trabalho (o trabalho temporário e por tempo determinado e os “bicos”, tem sido uma marca inexorável dos trabalhadores desempregados, como forma de sobrevivência diante das dificuldades de inserção profissional) e pelo processo de concentração dos trabalhadores nos bairros periféricos do município, como resultado do próprio processo histórico de desenvolvimento desigual do capitalismo e seu movimento atual de reestruturação produtiva e econômica.

Empreendimentos de economia solidária no enfrentamento do desemprego e da precarização do trabalho na escala local

Nesse contexto de elevado desemprego, de desestruturação do mercado de trabalho formal, de informalidade e precarização do trabalho, a análise dos projetos de economia solidária na escala local, torna-se necessária para a compreensão das políticas públicas de enfrentamento do desemprego e geração de trabalho e renda em Presidente Prudente no período analisado.

Presidente Prudente - SP Trabalhadores a Procura de Emprego - 2008



LEGENDA

TRABALHADORES A PROCURA DE EMPREGO



Fonte de dados

Trabalho de campo
(Setembro a Outubro de 2007)

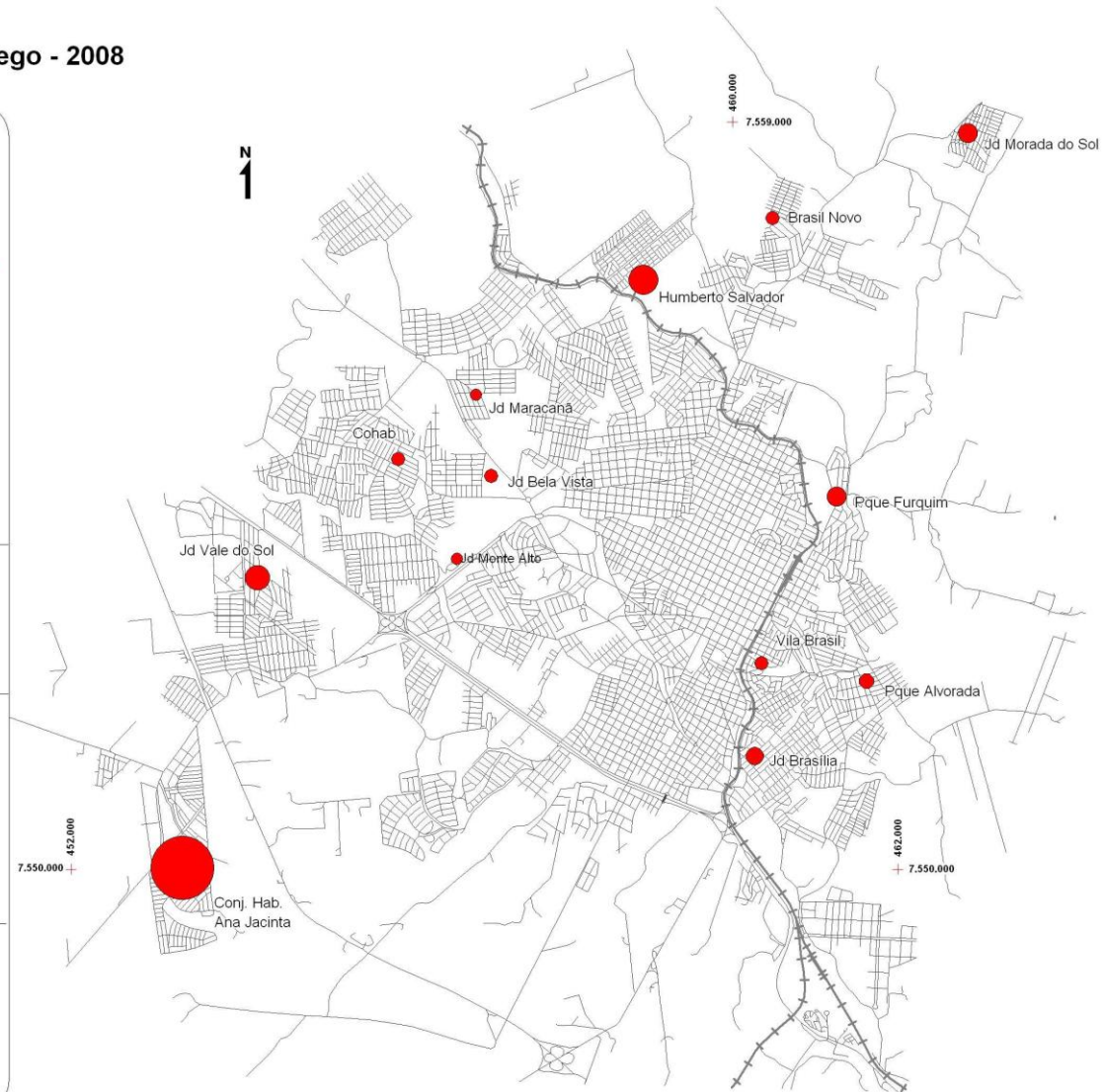
Organizador

Nildo Aparecido Melo

Escala 1 : 50.000



Sistema de Projeção: UTM
Datum Horizontal: Vértice unesp (USP-IBGE)
Datum Vertical: RN 1585H e RN 1527E (IBGE)
Elipsóide: Hayford - Córrego Alegre.



Dessa forma, a compreensão do que vem a ser um empreendimento solidário parte da premissa de que

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda (SINGER, 2002, p. 10).

Segundo os estudiosos desses empreendimentos, a economia solidária aponta para uma nova lógica econômica e produtiva, baseada no desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, implicando na contraposição e reversão da lógica capitalista permeada na exploração do trabalho e dos recursos naturais, visando apenas o lucro e a acumulação de capital numa sociedade excludente e tornada mais competitiva ainda diante das transformações estruturais do capitalismo das últimas décadas. Dessa forma, o movimento de reestruturação capitalista fragilizou as relações tradicionais de trabalho, com o aumento da informalidade e da precarização do trabalho, ensejando o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho através da associação e cooperação entre os trabalhadores no combate ao desemprego e como forma de geração de renda e de sobrevivência no capitalismo contemporâneo (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2009).

Nos projetos de economia solidária, os associados se unem para produzir solidariamente, com divisão igualitária dos rendimentos, sendo que o objetivo dos mesmos se baseia na promoção “da economia solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como para difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas” (SINGER, 2002, p. 16).

A economia solidária, em termos de desenvolvimento econômico e social, defende uma forma alternativa de desenvolvimento, contrário aos princípios capitalistas de progresso econômico assentado na concentração de renda, na desigualdade social, na degradação ambiental e na intensa exploração do trabalho e dos recursos naturais. Esse tipo de desenvolvimento forja a construção de noções e conceitos estritamente fundamentados pelos aspectos econômicos, expressos em práticas sociais de competição, individualismo exacerbado, fragmentação social e cultural, exploração intensiva dos recursos naturais e do trabalho, dominação econômica, política e cultural e hegemonia de um tipo de cultura e de civilização, entre outros fatores específicos da sociedade capitalista reestruturada e globalizada dos tempos recentes.

Na economia solidária, pelo contrário, o desenvolvimento econômico deve acontecer em articulação e em conformidade com os valores da democracia, da solidariedade, da preservação ambiental e dos direitos humanos, engendrando um novo jeito de produzir a partir do local e dos princípios da sustentabilidade econômica, social e ambiental, expressos na produção sustentável, no comércio justo e no consumo solidário.

Portanto, o desenvolvimento nos empreendimentos solidários está inextricavelmente associado à produção local de produtos e bens coletivos (desenvolvimento local) e às formas ambientalmente saudáveis de produção e consumo (desenvolvimento sustentável), como princípios de uma sociedade mais justa e igualitária, produzida através da cooperação, da associação e da solidariedade entre os

trabalhadores nos empreendimentos e iniciativas solidárias de produção, troca e consumo.

Em síntese, a economia solidária tem como características fundamentais os valores de produção econômica permeados pelos princípios da solidariedade (entre os trabalhadores na produção de bens e serviços e na justa distribuição dos rendimentos), da cooperação (propriedade coletiva dos meios de produção, partilha dos resultados e esforços comuns na produção de bens e serviços) e da autogestão (participação democrática e igualitária nas discussões e decisões dos empreendimentos solidários e na distribuição dos rendimentos e excedentes de produção) como pressupostos para a articulação e formação de outro modo de produção, contraposto e alternativo ao capitalismo competitivo e excludente deste início de século XXI

No Brasil, os projetos de economia solidária ganharam destaque com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2003 pelo Governo Federal, com o intuito de fomentar e divulgar as iniciativas associativas comunitárias baseadas nas cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo, clubes de troca, entre outras formas solidárias de associação (FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2009).

Com a articulação e viabilização de tais iniciativas ao longo dos últimos anos, na 10ª Região Administrativa do estado de São Paulo, são desenvolvidos 26 projetos de economia solidária, divididos e classificados entre os municípios da região da seguinte maneira.

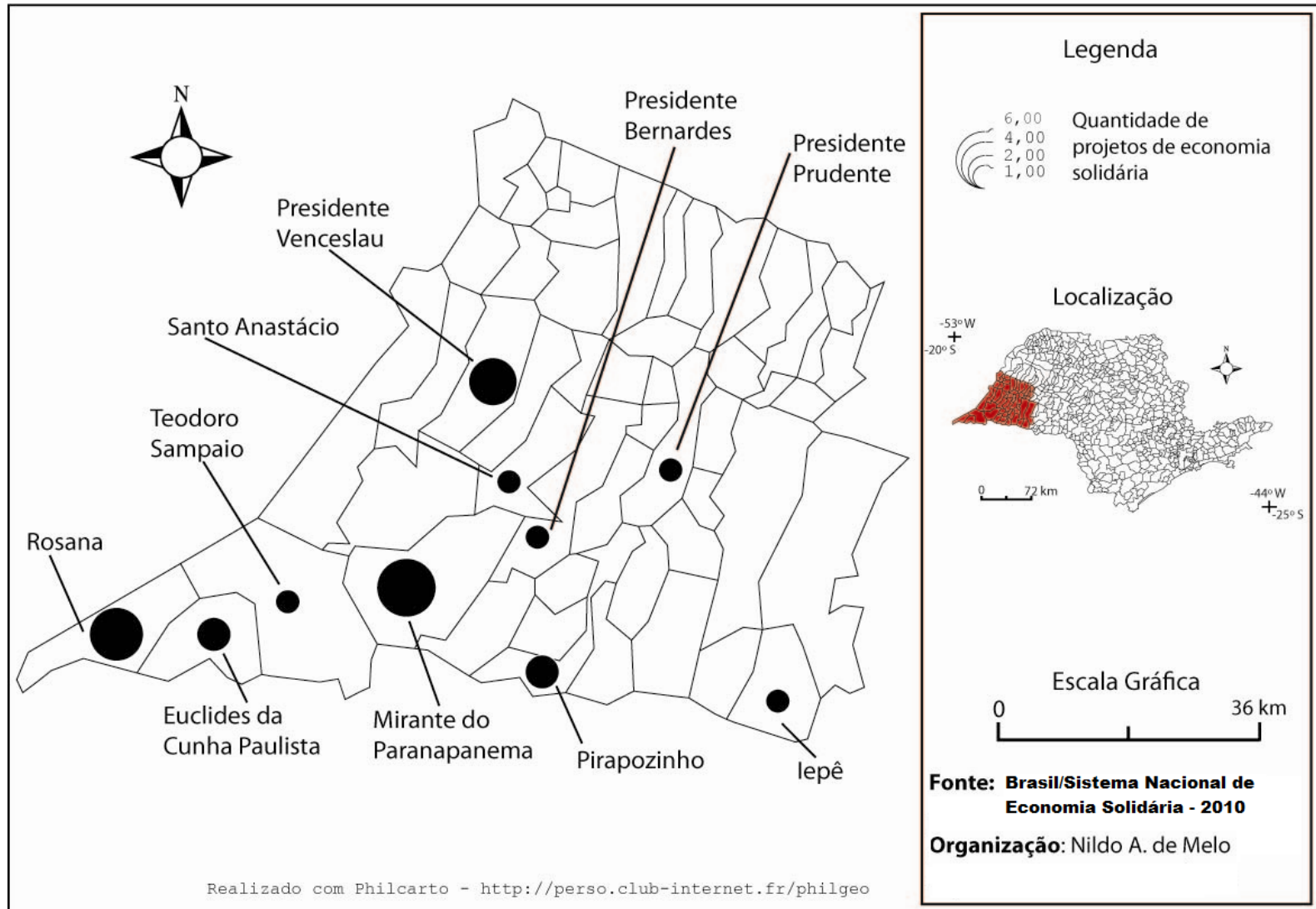
10ª Região Administrativa do Estado de São Paulo: Projetos de Economia Solidária por Município

Municípios	Quantidade de Projetos Desenvolvidos
Pirapozinho	2
Euclides da Cunha Paulista	2
Iepê	1
Mirante do Paranapanema	6
Presidente Bernardes	1
Presidente Prudente	3
Presidente Venceslau	4
Rosana	5
Santo Anastácio	1
Teodoro Sampaio	1
Total	26

Fonte: Brasil/Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - 2007.

Elaboração e organização do autor.

Projetos de Economia Solidária na escala local e regional



Em Presidente Prudente constata-se a existência de três Empreendimentos Solidários, nas áreas de artesanato, de coleta e reciclagem de resíduos sólidos e de produtos derivados do couro, conforme dados secundários do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, apresentados no site do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) do governo federal e de pesquisa de campo realizada nos meses de julho, agosto e setembro de 2011.

No que tange ao empreendimento solidário dos trabalhadores em artesanato de Presidente Prudente, observou-se a existência da associação desde 2003, com a participação de seis trabalhadores no processo de produção de mercadorias derivadas do bordado, do crochê e tricô, da pintura e do tear manual.

No entanto, a associação sempre funcionou de forma precária, com os trabalhadores produzindo individualmente em suas próprias residências e com maquinário próprio, sem a compra e a venda coletiva das matérias-primas e das mercadorias, além da inexistência da própria legalização da associação. Portanto, a união dos trabalhadores artesãos não pode ser caracterizada como solidária ou cooperativa, ocorrendo mesmo um esvaziamento nos últimos anos, notadamente por falta de apoio técnico e financeiro para a formalização do empreendimento e para o aumento da produção e venda dos produtos, tanto na escala local, quanto na escala regional e estadual (ENTREVISTAS DE CAMPO 2011).

Vale ressaltar que a maioria dos empreendedores pratica o artesanato na associação como uma forma complementar de renda, pois a maioria dos trabalhadores tem emprego com carteira assinada, trabalhando como artesãos nas horas de folga e tendo a atividade como um complemento tanto financeiro quanto profissional para a sobrevivência individual e familiar.

Com relação aos empreendedores dos produtos derivados do couro, trabalham como cooperados 62 trabalhadores, sendo 38 mulheres e 24 homens, originários da escola de curtimento de couro de Presidente Prudente e apoiados pelo Rotary Club local. Os cooperados têm baixa escolaridade (ensino fundamental completo) e produzem carteiras, bolsas (80% da produção de bolsas é realizada pelas mulheres cooperadas), selas, sandálias e rasteirinhas.

O empreendimento não possui sede própria e nem financiamento dos órgãos públicos, sendo apoiado tecnicamente e financeiramente pelo Rotary local, que paga os custos de um barracão para guardar os equipamentos e maquinários de uso coletivo, além de servir de local para as reuniões mensais dos cooperados. A matéria-prima é fornecida por um curtume local e a produção é individual, sendo realizada manualmente pelos cooperados em suas residências.

A participação nas reuniões mensais é baixa (em torno de 25% dos cooperados participam das decisões) e a renda auferida é próxima do salário mínimo paulista. A venda da produção é local e totalmente dependente do Banco do Brasil, que compra as mercadorias e garante o mercado para os cooperados. A única forma de venda nacional é a participação anual em uma feira de artesanato em Brasília, que é financiada pelo órgão público federal (ENTREVISTAS DE CAMPO 2011).

Assim sendo, a solidariedade entre os membros da cooperativa é baixa, principalmente nas reuniões e decisões coletivas, ocorrendo a participação somente como forma de garantir a venda dos produtos em um mercado cativo ou a exposição em uma escala maior de abrangência, mesmo sendo uma única vez por ano. Nota-se a falta de união para o aumento da produção e das vendas, ausência de sede própria para o funcionamento da cooperativa e financiamentos públicos para a venda dos produtos em escalas geográficas mais amplas, o que aumentaria a renda dos cooperados e a inserção

no mercado consumidor, além do enfrentamento mais efetivo com os produtos chineses, que são os maiores concorrentes dos produtos da cooperativa.

Por fim, a cooperativa de produtos recicláveis funciona desde 2002 e se caracteriza pela participação de 44 trabalhadores, que auferem uma renda mensal de aproximadamente R\$ 560,00 e vendem sua produção apenas no mercado local. A escolaridade é baixa (ensino fundamental incompleto) e a jornada de trabalho é de aproximadamente oito horas diárias, com exceção dos sábados e feriados em que a jornada é de quatro horas de trabalho.

Na cooperativa as decisões são coletivas e o resultado financeiro da produção é dividido igualmente entre os membros, que tem voz e voto com o mesmo peso nas reuniões mensais do empreendimento. A participação na cooperativa resulta principalmente das dificuldades de inserção do mercado formal de trabalho ou como outra opção de renda, com a maioria dos trabalhadores sendo originários do “lixão”, onde as condições de trabalho eram precárias e desumanas.

Os cooperados recebem apoio de diversos órgãos públicos e entidades da sociedade civil, entre elas o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal (financiamento de caminhões para a coleta, trituradores de papel, esteira para a seleção e separação dos materiais, entre outros equipamentos), Universidade do Oeste Paulista e Universidade Estadual Paulista (elaboração dos projetos para a concessão de créditos e financiamentos públicos), a Igreja Católica e o Rotary Club local (ENTREVISTAS DE CAMPO 2011).

Não obstante a solidariedade entre os membros, a cooperação na produção, na venda e na divisão dos resultados financeiros e a democracia nas decisões, em torno de 10% dos cooperados não permanecem no empreendimento, devido, sobretudo, a não concordância com a renda auferida e com a divisão dos resultados obtidos com a venda dos materiais recicláveis. Ademais, o empreendimento depende inexoravelmente do Estado para continuar funcionando, da assistência social para a obtenção de apoio e de campanhas públicas de conscientização da população na separação do lixo doméstico para a coleta seletiva dos materiais para a reciclagem, bem como a extensão da coleta seletiva para todos os bairros do município, o que não acontece atualmente.

Considerações finais

Dessa forma, os empreendimentos solidários desenvolvidos em Presidente Prudente, como possível instrumento de enfrentamento do desemprego e da desestruturação do mercado de trabalho local, resultado do movimento geral de reestruturação capitalista das últimas décadas e seus impactos no mundo trabalho, apontam para a baixa abrangência da economia solidária no município, bem como a baixa geração de trabalho e a renda mínima auferida pelos membros desses empreendimentos, caracterizando essas iniciativas como complementares ao emprego com carteira assinada ou como formas temporárias de inserção profissional e de sobrevivência diante das dificuldades impostas no mercado de trabalho local nas duas últimas décadas do século XX e neste início de século XXI.

Ademais nem todos os empreendimentos desenvolvem todas as características da solidariedade e da cooperação, com a união entre os membros ficando relegada apenas a alguns aspectos práticos da economia solidária, voltados a obtenção de juros subsidiados, mercados cativos para os produtos e assistência social para a continuidade das atividades solidárias.

Se por um lado a economia solidária no município apresenta uma abrangência reduzida e um impacto pouco significativo na geração de trabalho e renda, por outro lado,

as atividades desenvolvidas nesses empreendimentos não exacerbam a luta de classes e o progresso tecnológico daí resultante, com a ampliação das contradições entre o proletariado e a burguesia, considerada por Marx (1988) como o motor fundamental do processo de desenvolvimento econômico capitalista. Pelo contrário, a economia solidária funciona como um instrumento de contenção das contradições sociais ao impulsionar a união dos trabalhadores em empreendimentos em que eles próprios são ao mesmo tempo “empregados” e “donos”, resultando numa estagnação da luta de classes e do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, ao mesmo tempo em que serve aos interesses de manutenção do *status quo* articulados ao movimento de reestruturação capitalista e a busca de taxas de mais-valia cada vez mais ampliadas, tendo como base a exploração intensiva da força de trabalho na sociedade capitalista globalizada atual.

Nesse sentido, a abrangência apenas local dos produtos e serviços solidários e a dependência do Estado e de entidades da sociedade civil para o funcionamento dos empreendimentos, reduzem essas iniciativas a formas complementares ao próprio capitalismo de mercado, não podendo se consubstanciar como outro modo de produção alternativo aos ditames do capital e a exploração da força de trabalho. Em outras palavras, a economia solidária acaba funcionando como uma espécie de empreendedorismo neoliberal disfarçado de projeto de emancipação de classe, porém serve aos ditames do capital ao não possibilitar a intensificação das contradições sociais e econômicas no período atual de capitalismo reestruturado e tornado mais excludente ainda.

Ademais, a economia solidária representa um caldeirão de teorias e correntes de pensamento, fundamentando-se no desenvolvimento sustentável, no desenvolvimento local, no socialismo utópico, no empreendedorismo neoliberal (mesmo sendo coletivo e direcionado para o mercado e não para o lucro, os empreendimentos solidários dependem inexoravelmente do mercado e da lucratividade para sobreviver e se consolidar) e no auxílio dos investimentos estatais para fazer frente ao capitalismo competitivo e globalizado dos tempos atuais.

Em suma, a economia solidária representa apenas iniciativas pontuais e localizadas de geração de trabalho e renda na escala local, que não tem o poder de se generalizar para toda a economia e nem representar significativamente uma nova forma de organização econômica, com base na solidariedade e na cooperação entre os trabalhadores, não representando, por conseguinte, um importante fator de desenvolvimento econômico e social em Presidente Prudente neste início de século XXI.

Referências bibliográficas

- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ANDERSON, Perry. **Balanco do Neoliberalismo**, In: Pós neoliberalismo, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995, pág. 09-23.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Uma Geografia para o século XXI**. Campinas: Papirus, 1994.
- ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.
- BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado – um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **RAIS e CAGED**. Disponível em <<http://www.mte.gov.br>> acesso no período de junho de 2007 a fevereiro de 2008.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.
- BRUNHOFF, Suzanne de. **A hora do mercado: crítica do liberalismo**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.
- CHESSNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- COUTINHO, Luciano. A Terceira revolução Industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Economia e Sociedade**. Campinas: UNICAMP/IE, n. 1, p. 69-87, agosto 1992.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS. **Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)**, Disponível em <<http://www.dieese.org.br>> acesso em janeiro de 2008.

DILLARD, Dudley. **A teoria econômica de John Maynard Keynes. Teoria de uma economia monetária.** 6. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1989.

DUNDES, Ana Claudia. **O processo de (des)industrialização e o discurso desenvolvimentista em Presidente Prudente/Sp,** Presidente Prudente, FCT/Unesp, 1998, 288 p. Dissertação (Mestrado em Geografia).

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). **Discussões sobre economia solidária.** Disponível em <<http://www.fbes.org.br>> acesso em julho de 2009.

FUNDAÇÃO SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Pesquisa de Emprego e Desemprego** Disponível em <http://www_seade.sp.gov.br> acesso em novembro de 2007.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1964.

FURTADO, Celso. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** 6. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977

GOMES. Maria Terezinha Serafim. **A dinâmica do mercado de trabalho formal: uma análise do setor industrial em Presidente Prudente.** Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2001, Dissertação (Mestrado em Geografia).

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo, Loyola, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal de Emprego (PME),** Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> acesso em novembro de 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>> acesso em novembro de 2007.

LIPIETZ, Alain; LEBORGNE, Danièle. O pós-fordismo e seu espaço. **Espaço e Debates,** n.º 25, NERU, São Paulo, Ano VIII, 1988.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política.** São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MATTOSO, Jorge Levi. **A desordem do trabalho**. São Paulo: Página Aberta/Scritta, 1995.

MELO, Nildo Aparecido de. **Evolução e dinâmica do mercado de trabalho formal e das relações de trabalho em Presidente Prudente: subsídios para a compreensão da dinâmica regional através do trabalho e do emprego formal**. Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2008, 221 p. Dissertação (Mestrado em Geografia).

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Os espaços da globalização. In: **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. São Paulo: Record, 2001.

SILVEIRA, Márcio Rogério. As cinco revoluções e evoluções logísticas: impactos sobre o território brasileiro. In: SILVEIRA, Márcio Rogério; LAMOSO, Lisandra Pereira; MOURÃO, Paulo Fernando Cirino (orgs). **Questões nacionais e regionais do território brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Informações sobre projetos de economia solidária**. Disponível em <<http://www.sies.mte.gov.br>> acesso em julho de 2009.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática**. Presidente Prudente: UNESP/FCT/GAsPERR, 2005.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Presidente Prudente e seu contexto de relações. In:

MELAZZO, Everaldo Santos; GUIMARÃES, Raul Borges (Orgs). **Conjuntura Prudente 2002**. Presidente Prudente: UNESP/FCT, 2002.

Recebido em 16 de agosto de 2011.

Revisado em 3 de janeiro de 2011.

Aceito em 13 de janeiro de 2012.